

A AMEAÇA DA CHINA

Por que a inserção econômica internacional chinesa é vista como uma ameaça pelos Estados Unidos?

Ester Pereira de Almeida Santos¹

Resumo: A China apresenta uma ameaça real à posição de hegemonia dos Estados Unidos? A Teoria da Ameaça da China estabelece que sim. O artigo aqui apresentado intenta resumir a inserção econômica internacional da China, suas consequências nas relações internacionais e como este processo de inserção está ligado com o desenvolvimento da teoria da Ameaça da China por acadêmicos não chineses. Ao longo do artigo se discute que, apesar do crescimento econômico e militar da China, o país tem tentado acomodar-se à comunidade internacional, respeitando suas limitações nacionais, culturais e político-ideológicas. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram explorados artigos que delimitam como a China chegou ao século XX como uma das maiores potências mundiais, apesar de ter ignorado a fórmula para o desenvolvimento econômico – proposta pela ordem econômica internacional instaurada pelos Estados Unidos. A seguir, a literatura sobre a Teoria da Ameaça da China é explorada, visando compreender como a China passou de um país excluído da comunidade internacional para o foco de discussões sobre o futuro da ordem mundial. Por fim, na conclusão, são apontadas as razões pelas quais a Teoria da Ameaça da China parece ignorar pontos importantes sobre a ideologia chinesa, sua cultura e história milenar para a criação de um inimigo do Ocidente.

Palavras-chave: Ameaça da China; Inserção econômica chinesa; Estados Unidos; Reforma econômica; Ascensão econômica.

THE CHINA THREAT

Why is Chinese international economic rise seen as a threat by the United States?

Abstract: Does China pose a real threat to the hegemonic position of the United States? China Threat Theory states affirmatively. This article aims to summarize China's international economic insertion in international relations, and how this process leads to the development of the China Threat theory by non-Chinese academics. Throughout the article, I discuss that despite China's economic and military growth, the country has tried to accommodate itself to the international community, respecting its national, cultural, and political-ideological limitations. For the development of this work, I explored articles that delimit how China reached the 20th century as one of the most powerful countries in the world. Despite having ignored the formula for economic development proposed by the international economic order established by the United States, China's economic power reached a new proportion. Next, the literature on China's Threat Theory explored, aiming

¹ Ester Pereira de Almeida Santos é mestranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo; e-mail: pereiraas@usp.br

to understand how China went from being a country excluded from the international community to the focus of discussions on the future of the world order. The article ends up indicating that China's Threat Theory ignores ideological and cultural characteristics that determine Chinese social-historical construction in order to delimit a common enemy for the West.

Keywords: China Threat; Chinese economic rise; USA; Economic reform; Economic rise.

INTRODUÇÃO

Desde a formulação do Estado moderno até as Grandes Guerras que transformaram o século XX, o conceito de poder e como este é abordado nas relações internacionais sofreu importantes alterações. Inicialmente, o poder fora observado e medido por meio da posse de recursos materiais – população, território e recursos naturais estratégicos. Com a evolução da sociedade internacional, bem como dos meios pelos quais as guerras são feitas, em meados da década de 1970 outras formas de poder passaram a ser observadas e medidas – a saber, o controle sobre os demais atores da comunidade internacional e o controle sobre eventos e resultados oriundos das relações entre esses atores (HART, 1976). Importante notar é que o poder não determina o comportamento do Estado; na história das relações internacionais os eventos parecem se repetir. No entanto, os atores desenvolvem características distintas para traçar seus caminhos em busca de ascensão (ROSECRANCE, 2006). Com a República Popular da China (doravante RPC ou apenas China) não poderia ser diferente. Figurando como segunda maior economia global – ficando atrás somente dos Estados Unidos (EUA), a China pós-reforma econômica passou de um ator excluído da comunidade internacional para um membro ativo e proeminente nas relações internacionais (NIU, 2013, p. 198). Com o crescimento da economia chinesa, contudo, a hegemonia estadunidense passou a ser questionada na academia – principalmente em áreas de Ciência Política, Relações Internacionais (RI) e Economia Política Internacional (EPI) (ZHANG, 2004; LAYNE, 2009; PETRAS; VELTMEYER, 2009; REICH; LEBOW, 2014).

Como potência econômica em ascensão, no final do século XX e início do século XXI muito se discutiu – e ainda se discute – sobre os impactos do crescimento chinês para a Economia Política Internacional e principalmente para a hegemonia dos EUA sobre a ordem econômica internacional. Na década de 90, quando da queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os Estados Unidos se consagraram como única superpotência mundial. Nesse mesmo período a China já começava a colher frutos de sua reestruturação econômica iniciada em 1978 e passava a chamar a atenção internacional para seu rápido desenvolvimento econômico. Na virada do século XXI, a China já era considerada uma potência emergente, motor do desenvolvimento mundial e uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos (ROY, 1996; BROOMFIELD, 2003; PAN, 2004; CALLAHAN, 2005).

Este artigo intenta apontar como a Teoria da Ameaça da China se tornou proeminente no ocidente quando da ascensão econômica chinesa. Como veremos adiante, os Estados Unidos não parecem se convencer de que a ascensão chinesa será pacífica. Nesse sentido, buscam estudar as ações chinesas para se preparar para um conflito iminente. O esforço aqui empregado se dedica a apontar como a ideologia realista da política externa estadunidense contraria a história e a política externa chinesas. A pergunta feita aqui é: a China apresenta uma ameaça real à posição de hegemonia dos Estados Unidos?

Para o desenvolvimento deste trabalho foram explorados artigos que delimitam como a China chegou até os dias atuais como uma das maiores potências mundiais, apesar de ter ignorado a fórmula para o desenvolvimento econômico – proposta pela ordem econômica internacional instaurada pelos Estados Unidos. A seguir, a literatura sobre a Teoria da Ameaça da China é explorada, visando compreender como a China passou de um país excluído da comunidade internacional para o foco de discussões sobre o futuro da ordem mundial. Por fim, na conclusão, são apontadas as razões pelas quais a Teoria da Ameaça da China parece ignorar pontos importantes sobre a ideologia chinesa, sua cultura e história milenar para a criação de um inimigo do Ocidente.

INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA CHINESA

Desde a Revolução Comunista de 1949, marco histórico que deu origem à República Popular da China, o governo tentou implementar diferentes reformas econômicas e sociais para aprimorar o comunismo. O 1º Plano Quinquenal (1953-1957) deu início a uma tradição do Partido Comunista Chinês: o estabelecimento de metas a serem atingidas para o desenvolvimento do país. Sob o comando de Mao Zedong, primeiro líder do PCCh, os planos quinquenais foram implementados rigorosamente, independentemente das instabilidades e turbulências enfrentadas pela população chinesa (CHEN; LI; XIN, 2017).

Nas três décadas em que a China fora comandada por Mao, o modelo de planejamento central foi delimitado através da agricultura coletivizada nas zonas rurais, enquanto nas áreas urbanas as empresas eram submetidas à estatização. Os preços dos bens e serviços eram fixados pelo governo, ao contrário das economias capitalistas do período que trabalhavam com a Lei da Oferta e Demanda. Ao gerir o país como se fosse uma grande companhia, o governo de Mao acabou por enfrentar grandes desafios,

principalmente ao perceber que o crescimento esperado estava muito mais lento do que o planejado – culminando em desastres como a Grande Fome (ROSSE, 1954; WEMHEUER, 2010).

Com a morte de Mao Zedong em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping ao cargo de líder do PCCh em 1978, os planos quinquenais passaram por uma reestruturação. Sob o governo de Mao, o sistema de comunas fora implementado e sua organização previa dois fenômenos. O primeiro era que a propriedade pública das terras faria com que os fazendeiros se sentissem mais motivados a trabalhar, e o segundo de que as comunas permitiriam que os campos produzissem em grande escala. Em meados da década de 1950, o sistema de comunas já havia se provado uma falha; muito embora a produção nacional de grãos tenha aumentado, a fome tomou conta de diversas províncias chinesas (YONGZHENG, 2012).

Sob a liderança de Deng Xiaoping o governo chinês implementou um novo regime para o sistema agrário, o "sistema de responsabilidade familiar". Esse regime previa que a família agricultora retomasse o controle sobre a terra que cultivava, podendo escolher o que produzir e como comercializar os frutos de seu trabalho. Com a reforma agrária de Mao, as famílias agricultoras possuíam cotas de grãos para cultivar, mas com a má gestão de alguns postos de trabalho, desastres naturais – sumariamente enchentes – o desperdício de recursos segurara o desenvolvimento da China. A transição da alocação redistributiva para a produção semelhante à do mercado liberal beneficiou cerca de 80% da população chinesa, pertencentes à área rural (SHABAD, 1955; NEE, 1989; CHANG, 1991).

Com a estatização dos meios de produção na Era Mao, reformas econômicas foram implementadas sob a Era Deng para descentralizar algumas das funções das empresas estatais. O conglomerado monopolista criado por Mao fora diluído em numerosos conglomerados de empresas locais, coordenados pelos governos municipais. Novas normas fiscais foram adotadas, atribuindo aos conglomerados municipais direitos residuais sobre os ganhos das empresas, implementando um imposto fixo a ser repassado ao governo central, conferindo direito de propriedade para as empresas locais. Ao transferir os direitos de propriedade do governo central para os governos regionais, Deng deu permissão para que as empresas produzissem fora do planejamento estatal e vendessem o excedente da produção, criando um ambiente competitivo entre os municípios e seus conglomerados (GANG; MA; WANG, 2018; WANG, 2018).

Outra reforma implementada por Deng fora o sistema de dois-preços em 1984, no qual o objetivo era fazer com que os preços de bens e serviços impostos pelo governo chinês fossem gradualmente sendo substituídos pelo sistema de preços regulados pelo mercado. A reforma nos preços ajudaria principalmente as empresas estatais chinesas a administrarem seus gastos e ganhos, planejando medidas que refletissem suas reais necessidades. Com essa medida, o governo chinês fora capaz de atrair investimentos externos de outros países da região – principalmente coletivos de investidores e empresas privadas. Essa manobra levou ao sistema conhecido como *dual-track*, no qual o plano governamental de produção é atendido, e a produção visando à economia de mercado ocorre em paralelo (LI, 1997).

O sistema bancário chinês também precisou ser adaptado às mudanças econômicas realizadas até então: o Banco da República Popular da China (BRPC) era o único banco do país com filiais que aceitavam depósitos bancários de pessoas físicas. No início da década de 1980, o BRPC foi transformado em um banco central aos moldes das economias ocidentais, tornando possível o empréstimo empresarial. A partir dessa medida, foram criados bancos especializados em setores da economia, a saber: o Banco Industrial e Comercial, o Banco Agrícola e o Banco de Importação-Exportação. Atualmente, esses bancos chineses são reconhecidos internacionalmente por sua importância na ordem financeira internacional, em especial o Banco da China e o *China Construction Bank*. O Banco Industrial e Comercial da China ocupa o 1º lugar na Forbes Global 2000² – lista que enumera as maiores 100 empresas do mundo.

No século XX, a economia alienada fomentada pelas ações de Mao Zedong impossibilitou que o governo atingisse o patamar de desenvolvimento planejado. Com a virada do século, contudo, as reformas econômicas de Deng Xiaoping possibilitaram que a China adentrasse o novo milênio como uma economia emergente. O Comitê Central de Planejamento do PCCh foi testando a reforma econômica chinesa a passos lentos, verificando as melhores possibilidades ao longo da década de 1980. Como em 1984, quando foi estabelecida uma “economia de *commodities* centralmente planejada”, que tinha por objetivo reduzir o planejamento obrigatório do governo. Cinco anos depois, em

² Outros bancos chineses que se encontram na lista da Forbes são o *China Construction Bank*, o Banco Agrícola e o Banco da China, respectivamente em 4º, 9º e 14º lugares no *ranking*. Cabe aqui salientar que a metodologia utilizada pela Forbes para a criação da lista utiliza dados dos últimos 12 meses disponibilizados pela *FactSet Research*, os dados são divididos em quatro métricas, a saber, vendas, lucros, ativos e valor de mercado. “Cada uma das listas tem um valor de mínimo para que uma empresa se qualifique: vendas de US\$ 4,47 bilhões, lucros de US\$ 333,3 milhões, ativos de US\$ 10,72 bilhões e valor de mercado de US\$ 6,55 bilhões.” Para fazer parte da lista, a empresa precisa se qualificar em pelo menos uma das quatro métricas utilizadas para ser elegível para o *ranking* final da *Forbes Global 2000* (FORBES, 2021; MURPHY, 2018).

1989, foram estabelecidos os “controles macroeconômicos que ‘o governo ajusta e controla o mercado, e o mercado guia a empresa’”. Por fim, em 1992, o governo anunciou que o objetivo da reforma econômica era uma economia de mercado socialista (ZHAO, 2012, p. 189).

Segundo Deng Xiaoping (1995), o programa Quatro Modernizações – setores da (i) agricultura, (ii) indústria, (iii) ciência e tecnologia e (iv) defesa – não tinham o intuito de abrir a China de forma completa ou mesmo torná-la um país capitalista. Como líder do Partido Comunista Chinês, a manutenção do comunismo em detrimento do capitalismo deveria ser mantida apesar das reformas econômicas empregadas pelo governo. Não obstante, o líder comunista chinês não ignorava a história do capitalismo no mundo e estava disposto a enfrentar os meios necessários para atingir o desenvolvimento da economia chinesa (SUKUP, 2002; LYRIO, 2010).

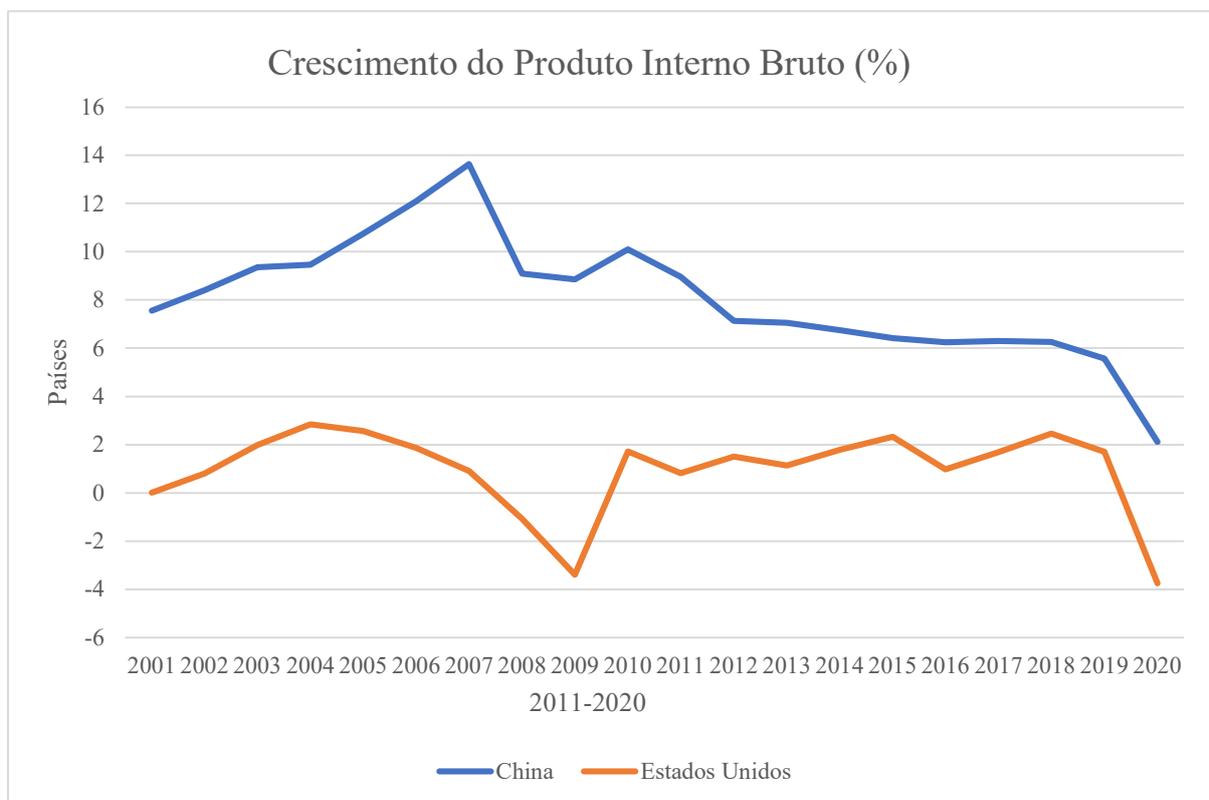
Com a reestruturação econômica, a China passou a pautar suas relações exteriores no pragmatismo, deixando a ideologia em segundo plano. Essa medida possibilitou que o governo chinês se reaproximasse dos demais atores internacionais, favorecendo um de seus principais objetivos à época: aumentar a captação de recursos primários para sua economia em expansão. A fim de ser considerada como um *player* de confiança, na década de 1990 a China aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), ao Tratado para Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT, em sua sigla em inglês), bem como aderiu à Convenção de Armamentos Biológicos e Químicos, recebendo elogios do então presidente estadunidense Bill Clinton (FOOT, 2010).

Já no início do século XXI, a reforma econômica implementada pelo PCCh corroborou para que a China finalmente aderisse à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 11 de dezembro de 2001. A adesão chinesa à OMC fora considerada como mais um passo rumo ao *status* de potência responsável³. Ao cooperar com a ordem internacional, a potência asiática demonstrara sua capacidade de socialização e de apoio às normas globais vigentes. Ao compartilhar dos mesmos interesses das demais potências internacionais, a China se comprometia a aceitar salvaguardas e sistemas de inspeções, bem como demonstrava que havia passado a jogar conforme as regras do Ocidente (CARLETTI, 2013; FOOT, 2010).

³ De acordo com Rosemary Foot (2010, p.18), com o aumento significativo dos regimes e organizações internacionais, houve também o aumento das temáticas discutidas nos fóruns internacionais, nesse sentido, uma potência responsável passou a ser considerado como aquele país menos preocupado com as divisões nacionais e internacionais, empenhado em promover a segurança dos indivíduos dentro dos países, promovendo a soberania das pessoas, e não dos países.

O gráfico a seguir nos proporciona uma avaliação comparativa entre os crescimentos econômicos dos Estados Unidos e da China pós-reforma. Como podemos ver, a China se encontrava em rápida ascensão, atingindo seu pico de crescimento, com 13,64% no ano de 2007. No mesmo período, o crescimento dos Estados Unidos estava em constante e leve queda, atingindo seu pico em 2009 – crescimento negativo de -3,39%. Em 2008, com a Crise Financeira Global (GFC⁴ em sua sigla em inglês), não só os Estados Unidos e a China sofreram com as repercussões oriundas da bolha imobiliária estadunidense, mas todo o sistema econômico e financeiro internacional (WHALEN, 2008; DEMYANYK; VAN HEMERT, 2011).

Gráfico 1: Crescimento do PIB da China e dos Estados Unidos (2001-2020)



Fonte: Dados extraídos do Banco Mundial (2021a).

A GFC aumentou as discussões sobre a redistribuição do poder econômico global, uma questão abordada de forma recorrente para a China. Com a bancarrota de grandes bancos de investimento estadunidenses e a bolha imobiliária, que comprometeram boa parte da economia dos EUA, não só o Governo Bush foi posto à prova, mas também o próprio capitalismo e a retórica republicana sobre a capacidade do livre mercado em se

⁴ Sigla para *Global Financial Crisis*.

autorregular sem a necessidade da intervenção estatal. A diminuição do peso relativo das economias G7⁵, bem como a ascensão de países classificados como emergentes demonstrava que a distribuição de poder estava defasada e precisava de uma reforma (RUPPELT *et al.*, 2018).

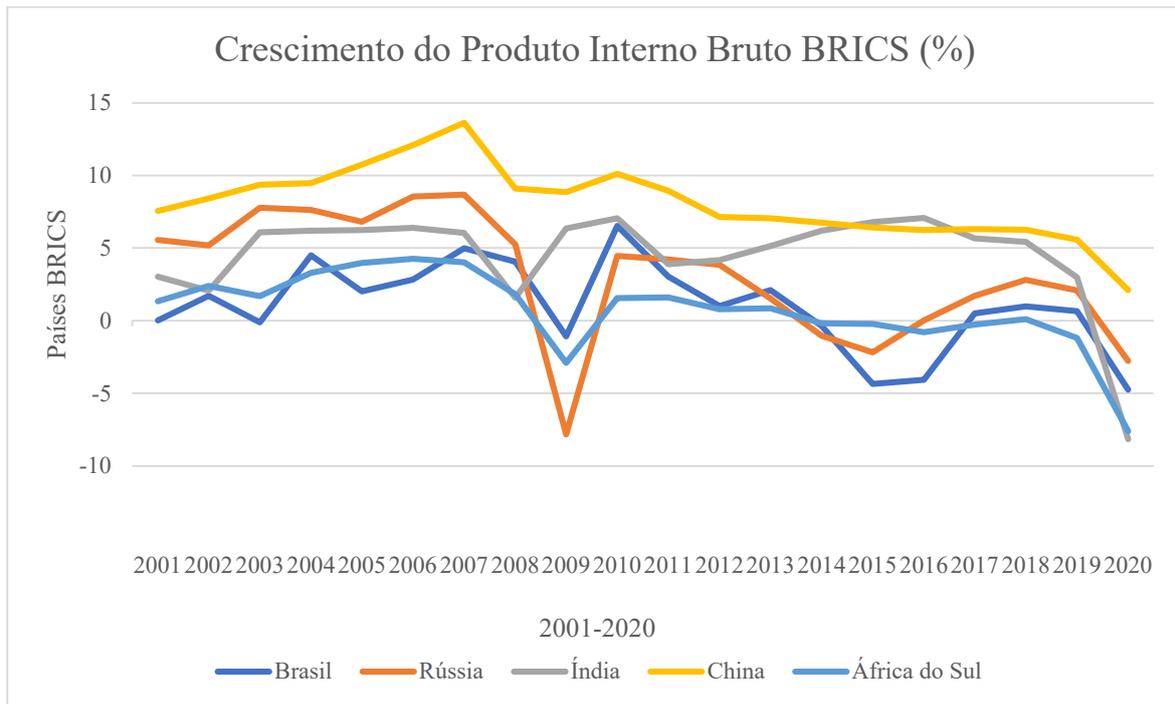
A necessidade de tornar a economia política internacional mais representativa passou a ser mais presente pós-2008. Nesse mesmo período, as economias BRIC⁶ – Brasil, Rússia, Índia e China – passaram a se reunir formalmente como um agrupamento político-econômico que tinha como objetivo trazer as discussões do Sul Global para a mesa das economias desenvolvidas. Apesar disso, a disparidade econômica entre as cinco economias ficara palpável conforme os anos iam passando e as previsões de Jim O’Neil sobre as economias BRICS foram parcialmente concretizadas, tendo a China como principal motor da economia global (CARLETTI, 2013; NIU, 2013).

As previsões sobre Brasil, Rússia e África do Sul não se concretizaram, tanto por questões internas quanto como consequência da GFC. Os países não conseguiram alcançar patamares de crescimento próximos aos da China, e após a GFC sofreram e ainda sofrem para recuperar suas economias. Apesar das turbulências internacionais, a Índia conseguiu manter taxas de crescimento positivas ao longo dos anos, que chegaram a ultrapassar o PIB chinês em 2016. A China, por outro lado, além de ascensão ao patamar de segunda maior economia global, ultrapassou os Estados Unidos nas paridades de força de trabalho, reservas internacionais e exportações (CIA, 2022a, 2022b; DUGGAN; LADINES AZALIA; REWIZORSKI, 2021; CARLETTI, 2013).

⁵ A saber, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido.

⁶ O acrônimo BRIC foi criado em 2001, por Jim O’Neil, à época presidente de investimentos da Goldman Sachs; o BRIC fora uma previsão de países que seriam o motor do crescimento da ordem econômica internacional. As economias emergentes se reuniram em caráter extraoficial, até que em 2008 os países BRIC assinaram um acordo que daria vida ao BRIC. Em 2010, após grande deliberação, a África do Sul fora convidada pela China para fazer parte do agrupamento, que passou a se chamar BRICS.

Gráfico 2: Crescimento do PIB países BRICS (2001-2020)



Fonte: Dados extraídos do Banco Mundial (2021b).

Apesar de pragmática, a estratégia de crescimento chinês atrai diferentes opiniões. Um ponto abordado diz respeito às taxas altas de crescimento da economia chinesa, uma vez que “a China só alcançou esse *status* jogando fora das regras que as outras nações comerciais seguem.” (FOX, 2014). Aparentemente, chutar a escada traçada pelos países em desenvolvimento não é visto com bons olhos na ordem econômica internacional, principalmente depois da China começar a obter desempenhos econômicos mais expressivos. De qualquer forma, apesar de a China ter um PIB *per capita* maior do que o dos Estados Unidos e da União Europeia, o título de economia hegemônica ainda não pode ser atribuído ao país, principalmente ao se considerar que o dólar e o euro ainda são as moedas líderes em câmbio estrangeiro.

A fim de contornar sua dependência da moeda estadunidense, membros do PCCh começaram a discutir medidas eficientes para administrar as enormes reservas cambiais chinesas: o pontapé para a internacionalização renminbi (RMB) fora dado por Hu Jintao. Ao contrário da internacionalização dada pelas forças do mercado, como ocorreu com o dólar estadunidense, a internacionalização do RMB foi impulsionada de forma deliberada pelo governo chinês e ganhou força sob a liderança de Xi Jinping. A política governamental da internacionalização buscava garantir a autonomia da economia chinesa frente à hegemonia financeira dos Estados Unidos. Desde então, o *International Monetary Institute* da Universidade Renmin da China (IMI-RUC, em sua sigla em inglês) tem lançado

relatórios anuais⁷ – que acompanham o crescimento do RMB no mercado financeiro internacional (CHEY; VIC LI, 2020; LI; ZHANG, 2017; KWON, 2015).

Como é discutido na literatura de Economia Política Internacional, há diferenças entre capacidade de influência e de autonomia (KWON, 2015; SOHN, 2015; COHEN, 2008, 2006). Poder como influência implica a capacidade de um ator controlar a decisão de outros atores, enquanto o poder como forma de autonomia é a capacidade de uma nação de se defender da influência de outros atores. No sistema financeiro internacional, os EUA possuem poder de influência, principalmente por possuírem peso de 41.73 na cesta de moedas do FMI⁸. Após a revisão realizada em 2016, a moeda chinesa passou a ter peso 10.92, ficando atrás do euro, com peso 30.93 e ultrapassando o iene japonês, com 8.33. A longo prazo, a internacionalização do RMB pode permitir que a China busque alternativas políticas mais amplas sem temer pela retaliação do governo dos Estados Unidos (COHEN, 2012; FMI, 2021a).

Nesse sentido, a promoção chinesa como potência pacífica em ascensão ainda é o maior objetivo da China no momento. Competir com os Estados Unidos pelo *status* de potência monetária hegemônica minaria os atuais planos de crescimento da China; além disso, a presença do dólar nos mercados financeiros está muito à frente da posição do RMB, e essa realidade pode demorar décadas para sofrer alguma alteração substancial. Primeiramente porque há grande resistência do sistema financeiro internacional em substituir o dólar por outras moedas alternativas. Segundo, a acumulação de dólares é realizada por diversos países ao redor do mundo, que relutam em mudar seus hábitos (KWON, 2015; COHEN, 2012).

⁷ Chamados de *RMB Internationalization Index* (RII), o cálculo é feito com base nas funções teóricas da moeda, como (i) unidade de conta, (ii) meio de troca e (iii) reserva de valor. O RII considera o peso do RMB na avaliação comercial, avaliação financeira e reservas oficiais de divisas, variando entre 0-100. Assim, se o RMB fosse a única moeda internacional do mundo, o valor do indicador do sistema RII seria 100, caso contrário, o RII é 0 (RUC; IMI, 2017).

⁸ Criado em 1969, os Direitos Especiais de Saque (SDR em sua sigla em inglês) era uma suplementação às moedas dos países membros do FMI. Inicialmente baseado em 0.888671 gramas de ouro, com a queda do Padrão Ouro, em 1973, o dólar passou a ser a moeda base utilizada na cesta de moedas do FMI. “As moedas incluídas na cesta SDR devem atender a dois critérios: o critério de exportação e o critério de livre utilização.” Para atender ao critério de exportação, a moeda deve pertencer a um país membro do FMI; quanto à livre utilização, a moeda deve ser “amplamente utilizada para efetuar pagamentos de transações internacionais e amplamente negociada nos principais mercados de câmbio.”(FMI, 2021b).

À medida que a China expandiu seu poder duro⁹ e suave¹⁰, mais difícil se tornou para o governo chinês construir uma imagem internacional de um país pacífico, responsável e confiável. Acadêmicos não chineses têm focado no desenvolvimento do poder econômico e militar chinês nas últimas três décadas, alimentando o conceito de “*China Threat*”¹¹ no ambiente acadêmico, político e social. Em contrapartida, a China vem tentando ampliar sua capacidade de influência por meio da promoção de seus valores e da cultura chinesa – apesar disso, sociedades ocidentais ainda encontram dificuldade em abraçar os avanços chineses para além dos investimentos financeiros e ajuda internacional (EICHENAUER; FUCHS; BRÜCKNER, 2021; JENKINS, 2018; BLANCHARD; LU, 2012).

A TEORIA DA AMEAÇA CHINESA

Na academia não chinesa o conceito de Ameaça da China passou a ser abordado com certa frequência a partir da década de 1990, quando o crescimento econômico chinês começou a ganhar proporções internacionais. No ocidente, o Realismo, paradigma dominante até os dias atuais para análises da ascensão de uma nação, foi ávido em estudar a ascensão político-econômica e militar chinesa no século XXI. Historicamente, a ascensão de uma nova potência quase sempre causou desequilíbrio na ordem internacional vigente, levando à guerra entre a potência hegemônica e potências em ascensão¹². Ainda sob a visão realista, ao ascender, a potência emergente tentará revisar ou derrubar a atual ordem internacional; nesse sentido, o papel da potência hegemônica desafiada é manter o equilíbrio do sistema, enfraquecendo – e até eliminando – a potência em ascensão (AI, 2017; ALLISON, 2017; GUIMARÃES, 2021).

⁹ Tradicionalmente, o poder duro (*hard power*) é medido através dos recursos de posse de um Estado, como população, território, recursos naturais, tamanho econômico, e forças militares. Com a Guerra Fria, a também tecnologia passou a permear a percepção de poder, uma vez que a corrida armamentista e espacial entre Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas demonstrou que a capacidade de coerção internacional também possuía o viés do desenvolvimento tecnológico.

¹⁰ De acordo com Joseph S. Nye Júnior (2011), o poder brando (*soft power*) é a capacidade que os Estados desenvolvem para alcançar os resultados desejados em assuntos internacionais por meio da atração, evitando assim o uso de meios coercitivos para moldar as preferências dos demais atores.

¹¹ Ameaça da China ou “*Yellow Peril* – Perigo Amarelo” fora um conceito originado na Europa do século XXI voltado para a China; naquele período, o “Perigo Amarelo” fora usado pelos governos europeus para que a população associasse os chineses aos tártaros asiáticos – tiranos, bárbaros e isolados da civilização europeia desenvolvida e superior (AI, 2017, p. 452).

¹² Ao revisar os últimos 500 anos de história internacional, o *Harvard Thucydides’s Trap Project* identificou 16 casos nos quais potências em ascensão desafiou uma potência estabelecida, em 12 dos casos investigados, as tensões crescentes resultaram em guerra. A ascensão da Alemanha e seu desafio ao poder da Coroa Britânica resultou na Primeira Guerra Mundial, no início do século XX; entre 1940-1980, a crescente União das Repúblicas Soviéticas desafiou os Estados Unidos no período que chamamos de Guerra Fria (ALLISON, 2017).

Os proponentes da teoria da 'Ameaça da China' geralmente assumem que a China apresenta desafios e perigos em uma ou mais das seguintes dimensões temáticas: (1) militar/estratégica; (2) econômico/comercial; e (3) político/ideológico. A dimensão militar/estratégica enfatiza o desenvolvimento militar da China e a questão do Estreito de Taiwan. A dimensão econômica/comercial destaca as perdas de empregos americanos para os fabricantes chineses, a moeda chinesa artificialmente desvalorizada e a crescente disputa global por recursos de Pequim. A dimensão política/ideológica está principalmente preocupada com o governo monolítico de partido único da China e seus esforços para expandir o *soft power* em todo o mundo (YANG; LIU, 2012, p. 697, tradução nossa).

Apesar dos investimentos chineses girarem em torno de 1,7% do PIB do país – contra 3,5% do PIB estadunidense – teóricos da Ameaça da China acreditam que o desafio econômico também dá origem a uma ameaça militar. A Teoria aponta que quanto maior o crescimento econômico chinês, maiores serão os gastos em armamentos capazes de desafiar a posição estadunidense como poder hegemônico militar. As razões apontadas para que a China busque uma guerra com os Estados Unidos estão ligadas a questões históricas consideradas mal resolvidas, que remetem ao período que os chineses conhecem como o Século da Humilhação¹³. “A China não esqueceu que originalmente foi forçada a lidar com a ordem internacional preexistente de um modo totalmente não condizente com a imagem histórica que fazia de si mesma”, e a tomada do poder pela China poderia provocar retaliações contra o Ocidente (PAN, 2004; KISSINGER, 2015).

A paz democrática desafiada pelo regime monolítico chinês é outro ponto destacado pelos teóricos da Ameaça da China. Argumenta-se que, ao longo da história, quanto mais democrático um país, menores são as chances de atitudes irresponsáveis serem tomadas e guerras iniciadas. Nesse sentido, o fato da China sustentar seu regime firmado no Partido Comunista demonstra que “sem democratização, não há base para um comportamento pacífico” do governo chinês (ROY, 1994, p. 157). Outro argumento ligado à suposta ameaça que a China representa está ligado ao pensamento tradicional chinês, arraigado na estratégia de *Realpolitik*, o que faz com que o Estado chinês sempre esteja se preparando para uma guerra (PAN, 2004, p. 309).

¹³ O Século da Humilhação durou de 1839 a 1949, iniciado quando a Inglaterra enviou navios com canhões para obrigar o Imperador Qing a abrir os portos chineses para o comércio de ópio oriundo das colônias inglesas na Índia e com o fim após a instauração da República Popular da China. O embate entre China e Inglaterra deu início à Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), a consequente assinatura do Tratado de Nanquim (1842) e a posterior Segunda Guerra do Ópio (1856-1858), marcos da invasão Ocidental ao Império do Meio. A China fora subjugada pelos Impérios Europeus, os Estados Unidos e o Japão, com a derrota chinesa nas Guerras do Ópio, o país perdeu sua soberania, identidade nacional, subsequentes perdas territoriais para potência como o Japão, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos (KAUFMAN, 2010). Esse período também fora marcado pelo Massacre de Nanjing (1937), quando o exército japonês estuprou, torturou e matou mais de 300 mil chineses (CHANG, 2014).

A percepção do indivíduo não chinês também influencia a construção da Teoria da Ameaça da China. O discurso ocidental para com o “outro” alimenta a ameaça do “Perigo Amarelo” como um fenômeno histórico, onde a “função do ‘outro’ é ser odiado pelo ‘nós’ como uma encarnação da cultura alienígena e uma possível ameaça à nossa norma.” (SHIM, 1998, p. 402; FRAUEN, 2021). No ocidente, então, o “Perigo Amarelo” pode ser resumido através do seguinte pensamento:

Em primeiro lugar, a raça chinesa é inferior e incomparável à caucasiana, tanto em estrutura como em nível cultural. Se os chineses imigrassem para o território dos brancos, e se estabelecessem permanentemente, eles minariam a civilização dos países ocidentais. [...] Em segundo lugar, o grande número de chineses, a grande capacidade de adaptação do povo chinês e sua boa tradição de trabalho árduo tornariam o povo chinês muito competitivo, e mais cedo ou mais tarde, afetaria o equilíbrio econômico e industrial do mundo. Em terceiro lugar, se a raça amarela obtiver plena liberação política e se tornar poderosa, equipada com armas modernas, poderá expulsar os europeus e americanos do Leste Asiáticos e até conquistar a hegemonia mundial por causa da vantagem em população (AI, 2017, p. 452–453, tradução nossa).

A percepção da população estadunidense sobre o “nós” fora perfeitamente capturada nas considerações finais da Mensagem Anual ao Congresso, realizada em 01 de dezembro de 1862, pelo presidente Abraham Lincoln. “Nós” cidadãos dos Estados Unidos, “temos o poder e a responsabilidade” de libertar os escravos e garantir a liberdade dos livres (LINCOLN, 1953). Os discursos atuais de figuras políticas estadunidenses não divergem da linha de raciocínio do ex-Presidente Lincoln, colocando os EUA como guardião da ordem internacional. Os discursos também tendem a apontar a China como pivô para possíveis questões de segurança na Ásia e no Pacífico, principalmente após o governo chinês reclamar as Ilhas Senkaku/Diaoyu¹⁴ (PAN, 2004; YANG; LIU, 2012; ITOH, 2017).

A construção da mídia sobre a Ameaça da China também deve ser mencionada, uma vez que nos últimos 50 anos o tom da mídia influenciou a formação da opinião pública de estadunidenses em relação à potência asiática (HUANG; COOK; XIE, 2021). A

¹⁴ Chamadas pelos japoneses de Sensaku-Shoto, e pelos chineses de Diaoyutai Liedao (Ilhas Sensaku e Ilhas Diaoyu, respectivamente), é uma região formada por oito pequenas ilhas localizadas no Mar da China Oriental. Cinco das oito ilhas são consideradas habitáveis, mas o valor das ilhotas cresceu consideravelmente quando a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente (UNECAFE) apontou que as ilhas possuem grandes reservas de petróleo. As ilhas pertenciam originalmente à China, que durante o século XIX e início do século XX enfrentou a expansão do ocidente sobre seu território. Nesse período, o Japão também ascendeu economicamente, e se aproveitou da conjuntura regional para reivindicar as ilhas. A partir da década de 1970, tanto a China quanto Taiwan passaram a reivindicar a soberania sobre as ilhas, dando início às disputadas que perduram até hoje e se intensificaram em meados dos anos de 2010 (IGARASHI, 2018; ITOH, 2017).

influência da mídia pode ocorrer em três contextos distintos, a saber: i) a cobertura da mídia molda a relevância de uma questão específica de política externa, ii) o enquadramento da mídia pode influenciar como o público e os tomadores de decisão veem a questão, iii) políticas governamentais podem ser moldadas a partir do enquadramento midiático dado à questão. O papel de influência da mídia é particularmente maior quando do consumo de notícias de jornais de ampla circulação, principalmente porque são consumidos por serem considerados fontes confiáveis (YANG; LIU, 2012).

A tendência encontrada na mídia estadunidense é a de defesa do liberalismo econômico, o que faz com que o público geral veja as relações comerciais entre RPC e EUA como favoráveis. A competição entre os produtos chineses e estadunidenses traz benefícios para a economia liberal e promove a manutenção da ordem econômica internacional. A presença cultural chinesa nos EUA, com a realização de eventos voltados para o conhecimento da China por Institutos Confúcio, torna o público mais disposto a manter relações amistosas com a China no âmbito econômico-comercial. Por outro lado, as percepções em nível individual veem a competição dos produtos e empresas chinesas como uma ameaça aos empregos de cidadãos dos EUA, que temem que a ordem internacional seja corrompida pela substituição dos Estados Unidos pela China (LIAO; MALHOTRA; NEWMAN, 2020; WANG, 2020; JIN; DORIUS; XIE, 2022).

Enquanto as relações econômico-comerciais entre EUA-RPC são vistas como positivas pela maioria dos estadunidenses, o *soft power* chinês não possui capacidade de dirimir a percepção de que o investimento militar chinês representa uma ameaça para os EUA. A movimentação militar da China nas Ilhas do Mar do Sul da China não passou despercebida na cobertura de mídia e opinião pública dos EUA. Nesse sentido, a maior parte dos respondentes entrevistados defendeu que a ascensão militar chinesa deveria ser contida pelo poder militar estadunidense. Os achados de pesquisas de opinião pública de cidadãos estadunidenses sobre a China apontam que as percepções sobre uma Ameaça da China é mais comum em respondentes republicanos do que indivíduos que se identificam com os democratas (MIRILOVIC; KIM, 2017; SOMMELLA, 2019; YEH; WU; HUANG, 2021).

As questões econômicas/comerciais e a influência cultural/ideológica da China possuem cobertura midiática relativamente menor quando comparada as questões militares: 69,15% da cobertura da mídia estadunidense sobre a China, entre 1992-2006, abordava questões de ameaça militar/estratégica. No mesmo período, contudo, questões

de ameaça econômica foram mencionadas em 15,69% das notícias, enquanto questões político-ideológicas ganharam atenção de 15,16% das publicações dos cinco principais jornais de circulação nacional nos Estados Unidos – a saber, *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Wall Street Journal*, *Los Angeles Times* e *Chicago Tribune* (YANG; LIU, 2012).

Enquanto a cobertura midiática de questões de ameaça político-ideológica diminuiu entre meados das décadas de 1990 e 2000, questões sobre a ameaça econômico-militar aumentaram de forma estável no mesmo período, permanecendo relativamente constantes até os dias atuais. Como mencionado anteriormente, o enquadramento da mídia em temáticas econômico-militares influencia os argumentos políticos e pesquisas na academia de RI dos EUA, que tendem a ser voltados para as questões que abordam como a China se comportará conforme ascende na ordem internacional. O foco no poder militar da China, bem como o que o governo chinês fará com essa capacidade bélica se tornam, então, o foco da Teoria da Ameaça da China (PAN, 2004).

Levando todos os pontos em consideração, se pode concluir que a Teoria da Ameaça da China é “baseada em suposições incorretas sobre as capacidades estratégicas chinesas” (ROSS, 1997). Apesar de a China estar investindo em modernização militar, a necessidade em atualizar as forças bélicas fora necessária, uma vez que as capacidades militares chinesas estariam defasadas quando comparadas com os países da região. Além disso, os gastos militares da China são relativamente modestos quando comparados aos investimentos bélicos do Japão e dos Estados Unidos (ROY, 1996).

As comparações históricas realizadas entre a ascensão da China e outras potências emergentes, como a Alemanha do final do século XIX e a URSS de meados do século XX, servem para criar teorias que não compreendem a essência da política externa chinesa, bem como suas intenções (JEFFERY, 2009). A história pré-moderna da China nos aponta que a política imperial fora diferente dos demais países ocidentais, se o governo comunista mantiver essa essência, é possível prever que a política de não intervenção se manterá. Enquanto potências europeias buscavam estabelecer colônias para alavancar seu desenvolvimento, o império chinês se recusava a manter contato com os “bárbaros” não chineses, não estabelecendo colônias e nunca invadindo países vizinhos (ROY, 1996; OVERHOLT, 2007; ALLISON, 2017).

A ascensão econômica chinesa e o conseqüente estabelecimento de relações interdependentes com países da Ásia, África, Europa e América Latina e Caribe restringe que comportamentos assertivos por parte da China ocorram. O governo chinês “está convencido de que fortes laços com o mundo exterior facilitarão o objetivo de desenvolvimento econômico.” (ROY, 1996, p. 762). Para tanto, a manutenção de uma relação pacífica com os demais atores internacionais é de suma importância para que a China mantenha o ambiente político-econômico construído ao longo das últimas quatro décadas, o que corrobora com os discursos de líderes chineses sobre a presença da China na ordem internacional (HU, 2007; XI, 2017).

Apontando como principal foco o desenvolvimento econômico chinês, o PCCh suporta o argumento de que uma China rica oferece mais segurança regional do que uma China enfraquecida. “[...]a] capacidade da China de prover o bem-estar e a segurança de um quarto da população mundial e seu progresso contínuo para se tornar um Estado forte e bem governado são de vital importância para a estabilidade regional.” (KLINTWORTH, 1994, p. 212). A interdependência chinesa para com os demais países asiáticos pode prevenir que haja um impulso do governo chinês em perseguir a hegemonia no sistema internacional. Além disso, a China está focada em sanar suas questões internas, como a reunificação de Taiwan como parte da nação chinesa (XINHUA, 2021).

Por fim, cabe mencionar que a Teoria da Ameaça da China possui raízes nas percepções negativas e preconceitos antichina. A China, além de não ocidental, não é democrática e floresce como um país de regime comunista, colocando em xeque o discurso pró-democracia difundido pela maioria dos atores internacionais. A comparação entre a China e a URSS, bem como o aviso de Napoleão Bonaparte – “a China é um gigante adormecido. Quando acordar, o mundo irá tremer.” – fazem com que o ocidente projete seus medos sobre a China. Para estudiosos de China, o país não se mostra uma ameaça, nem para os EUA, nem para a ordem internacional¹⁵, e seus esforços em se mostrar como uma potência responsável estão aumentando em proporção ao poder político-econômico chinês (JEFFERY, 2009; OVERHOLT, 2007; ROY, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ Cabe aqui salientar que isso não queira dizer que a China não se envolva em conflitos bélicos, quer dizer que ao fazê-lo suas intenções não serão derrubar a ordem internacional vigente, tão pouco lutar pela posição de potência hegemônica. Se entende que, como qualquer outro Estado, a China poderá se defender de sérias ameaças à sua soberania, integridade de sua população e comprometimento da segurança nacional (JEFFERY, 2009; OVERHOLT, 2007; ROY, 1996).

A ascensão econômica chinesa e suas repercussões para a ordem internacional, bem como os desafios e possibilidades que vinham com essa mudança, inundaram as discussões das RI. Em tão pouco tempo, a China passou de um país com a maior parte da população faminta para uma das economias com maiores taxas de crescimento do mundo. O receio ocidental era justificável à época, quando os próximos passos chineses não estavam claros e o contato entre o país e demais regiões ainda era limitado. Contudo, com o passar dos anos, os esforços chineses em jogar de acordo com as regras do jogo mostram que o receio do Ocidente não é mais justificado, o que na verdade gera tensões que podem sim acarretar conflitos pontuais.

Como qualquer outra nação, a China possui interesses que atendem a planos nacionais de desenvolvimento. O estabelecimento de alianças, como o BRICS e a criação de alternativas aos instrumentos financeiros de Bretton Woods – FMI e Banco Mundial – como o Novo Banco de Desenvolvimento e Arranjo Contingente de Reservas (NDB e ACR, respectivamente) reforçam que o interesse chinês em reformular pontos da ordem internacional é válido e necessário para o desenvolvimento de uma sociedade internacional mais inclusiva. Além dos instrumentos financeiros, financiados sumariamente pela China, o governo chinês também fora responsável por criar a *Belt and Road Initiative* (BRI¹⁶), mantendo propostas que cativam países relegados ao esquecimento pelos investimentos externos internacionais.

A Teoria da Ameaça da China é formada por um conjunto de percepções que levam em conta as relações internacionais europeias, ignorando as características históricas do povo chinês e da política externa da China. A mídia possui capacidade de influenciar as percepções individuais dos estadunidenses sobre a China. A forma como abordam a ascensão chinesa delimita como líderes e o público em geral interpretam as ações chinesas. As animosidades contra a China foram herdadas quando do fim da URSS. A possibilidade de o governo chinês promover uma campanha de vingança contra os países que submeteram a sua população ao Século da Humilhação ainda permeiam o imaginário dos Estados Unidos.

Apesar disso, o que vemos é uma China interessada em assegurar os recursos necessários para manter o crescimento de uma nação composta por bilhões de pessoas. O caminho que a China irá traçar ao longo do século XXI ainda é um mistério, e apesar de

¹⁶ A Iniciativa é definida como um projeto que visa “promover a conectividade dos continentes asiático, europeu e africano e seus mares adjacentes” a fim de “estabelecer redes de conectividade multidimensionais” e ajudarão a “explorar o potencial mercado nesta região, promover o investimento e o consumo, criar demandas e oportunidade de trabalho, melhorar as trocas culturais *people-to-people* [...]” (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015).

o realismo apontar para um futuro conflito de poder entre RPC e EUA, cabe avaliar os avanços chineses para o estabelecimento de relações interdependentes entre os países. Como os liberais pregam, as vantagens comerciais e econômicas tendem a diminuir as chances de os países se envolverem em conflitos bélicos. Considerando a evolução da política externa chinesa, principalmente nas últimas três décadas, as críticas para com a Teoria da Ameaça da China são válidas e possuem pontos interessantes que devem ser considerados – principalmente ao se estudar a história de não imperialismo da China.

Conceitos promovidos pelo governo chinês reforçam a ideia de uma ascensão harmoniosa, pacífica e responsável. Os avanços em *soft power* da China também não podem ser ignorados, bem como os esforços em alterar a imagem negativa herdada do século passado. Os investimentos chineses para exportar sua cultura, valores e ideais para outros países, moldando a opinião pública internacional são substanciais e devem ser levados em consideração ao analisar o papel que a China tem exercido como membro da comunidade internacional. Apesar de os argumentos da Teoria da Ameaça da China serem fundamentados em ações chinesas ao longo das últimas décadas, o viés ideológico estadunidense fica claro e deve ser questionado pela academia internacional. Enquanto os Estados Unidos ligarem a ascensão chinesa a uma potencial ameaça a sua hegemonia, a China será incapaz de se inserir na comunidade internacional como uma potência confiável, o que pode minar a ascensão de outras economias emergentes.

A China continuará a ser objeto de atenção nas relações internacionais, são milênios de história que foram escondidos e que o governo chinês tenta recuperar e propagar. A imagem de uma China fraca, com sua população faminta, é um trecho ínfimo da história pós-moderna da China. A tentativa do PCCh em fazer com que a China volte a ser uma potência como antes da invasão imperialista ocidental não deveria representar uma ameaça para o Ocidente. A persistência chinesa em recuperar sua força e relevância internacional é um lembrete de que as páginas da história internacional ainda possuem muito espaço a ser preenchido. Apesar de a vitória do liberalismo ocidental ter dado início a ordem em que vivemos, a presença chinesa nos faz lembrar que não existe apenas um modelo de desenvolvimento a ser seguido. O século XX pertenceu às potências ocidentais, o século XXI está apenas no começo e aponta que a China será capaz de fazer seu próprio destino.

REFERÊNCIAS

Al, Xirong. An Intertextual Analysis of the Formation of “China Threat Theory”. *Em: 2017, Anais [...]. In: 2016 2ND INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATION, SOCIAL SCIENCE, MANAGEMENT AND SPORTS (ICSSMS 2016)*. Atlantis Press, 2017. p. 450–454. DOI: 10.2991/icssms-16.2017.94. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/icssms-16/25870746>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ALLISON, Graham. **Destined for War: can America and China escape Thucydides’ Trap?** [s.l.] : Scribe Publications, 2017.

BANCO MUNDIAL. **GDP per capita growth (annual %) - China, United States | Data**. Institucional. 2021a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2020&locations=CN-US&start=2001&view=chart>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BANCO MUNDIAL. **GDP per capita growth (annual %) - China, Brazil, India, Russian Federation, South Africa | Data**. Institucional. 2021b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2020&locations=CN-BR-IN-RU-ZA&start=2020&view=bar>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BLANCHARD, J. F.; LU, F. Thinking hard about soft power: A review and critique of the literature on china and soft power. **Asian Perspective**, [S. l.], v. 36, n. 4, p. 565–589, 2012. DOI: 10.1353/apr.2012.0021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84875201233&doi=10.1353%2fapr.2012.0021&partnerID=40&md5=5f3b16d65cdfbee3fab261ea4dc0a30>.

BROOMFIELD, Emma V. Perceptions of Danger: The China threat theory. **Journal of Contemporary China**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 265–284, 2003. DOI: 10.1080/1067056022000054605. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1067056022000054605>. Acesso em: 16 dez. 2021.

CALLAHAN, William A. how to understand china: the dangers and opportunities of being a rising power. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 701–714, 2005. DOI: 10.1017/S0260210505006716. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/how-to-understand-china-the-dangers-and-opportunities-of-being-a-rising-power/FEE384B73707418810A8523BCEE0006B>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CARLETTI, Anna. A China, os BRICS e os países em desenvolvimento. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 20–37, 2013. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/107>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CHANG, David W. **China Under Deng Xiaoping: Political and Economic Reform**. [s.l.] : Springer, 1991. v. 1

CHANG, Iris. **The Rape of Nanking: The Forgotten Holocaust Of World War II.** [s.l.] : Hachette UK, 2014.

CHEN, Donghua; LI, Oliver Zhen; XIN, Fu. Five-year plans, China finance and their consequences. **China Journal of Accounting Research**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 189–230, 2017. DOI: 10.1016/j.cjar.2017.06.001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1755309117300199>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CHEY, Hyoung-Kyu; VIC LI, Yu Wai. Chinese Domestic Politics and the Internationalization of the Renminbi. **Political Science Quarterly**, [S. l.], v. 135, n. 1, p. 37–65, 2020. DOI: 10.1002/polq.12999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/polq.12999>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CIA. China. *Em: The World Factbook*. United States of America: Central Intelligence Agency, 2022. a.

CIA. United States. *Em: The World Factbook*. United States of America: Central Intelligence Agency, 2022. b.

COHEN, Benjamin J. The Macrofoundations of Monetary Power. *Em: International Monetary Power*. 1st edition ed. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 2006. p. 41–45.

COHEN, Benjamin J. The International Monetary System: Diffusion and Ambiguity. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, [S. l.], v. 84, n. 3, p. 455–470, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25144811>. Acesso em: 13 jul. 2022.

COHEN, Benjamin J. The Benefits and Costs of an International Currency: Getting the Calculus Right. **Open Economies Review**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 13–31, 2012. DOI: 10.1007/s11079-011-9216-2. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11079-011-9216-2>. Acesso em: 29 mar. 2022.

DEMYANYK, Yuliya; VAN HEMERT, Otto. Understanding the Subprime Mortgage Crisis. **The Review of Financial Studies**, [S. l.], v. 24, n. 6, p. 1848–1880, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20869292>. Acesso em: 29 mar. 2022.

DENG, Xiaoping. **Selected Works of Deng Xiaoping, 1975-1982**. 1. ed. People's Republic of China: Foreign Languages Press, 1995. v. 2

DUGGAN, N.; LADINES AZALIA, J. C.; REWIZORSKI, M. The structural power of the BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa) in multilateral development finance: A case study of the New Development Bank. **International Political Science Review**, [S. l.], 2021. DOI: 10.1177/01925121211048297. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0->

85117102966&doi=10.1177%2f01925121211048297&partnerID=40&md5=f87298002eca8cb49b219234d5c17499.

EICHENAUER, V. Z.; FUCHS, A.; BRÜCKNER, L. The effects of trade, aid, and investment on China's image in Latin America. **Journal of Comparative Economics**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 483–498, 2021. DOI: 10.1016/j.jce.2020.08.005. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85092011498&doi=10.1016%2fj.jce.2020.08.005&partnerID=40&md5=0986430b3f65977c76ecf418a11e7189>.

FMI. **Special Drawing Rights**. Institucional. 2021a. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FMI. **Special Drawing Rights (SDR)**. Institucional. 2021b. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/14/51/Special-Drawing-Right-SDR>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FOOT, Rosemary. O poder chinês e a ideia de um país responsável. *Em: O Que a China Quer?* Entenda o Mundo¹. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

FORBES. **The World's Largest Public Companies**. United States of America: Forbes, 2021. Disponível em: <https://www.forbes.com/global2000/list/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FOX, Heather. China: An Unlikely Economic Hegemon. **Strategic Studies Quarterly**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 88–113, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26270606>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FRAUEN, Jan-Boje. Narrations of the “China Threat:” An analysis of the discursive roots of US-Western China perception from the beginning of the twenty-first century until the Trump presidency. **International Communication of Chinese Culture**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 363–389, 2021. DOI: 10.1007/s40636-021-00229-x. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40636-021-00229-x>. Acesso em: 16 dez. 2021.

GANG, Fan; MA, Guangrong; WANG, Xiaolu. Marketisation in China from 1997 to 2014: Achievements and contribution to growth. *Em: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Cai (org.). China's 40 Years of Reform and Development. 1978–2018[s.l.]: ANU Press, 2018. p. 257–270.* Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv5cgbnk.22>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das Relações Internacionais**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021. v. 1

HART, Jeffrey. Three approaches to the measurement of power in international relations. **International Organization**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 289–305, 1976. DOI: 10.1017/S0020818300018282. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international->

organization/article/abs/three-approaches-to-the-measurement-of-power-in-international-relations/F4D580931E934A85351E9406832D354C. Acesso em: 24 mar. 2022.

HU, Jintao. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in all**, 2007. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

HUANG, J.; COOK, G. G.; XIE, Y. Large-scale quantitative evidence of media impact on public opinion toward China. **Humanities and Social Sciences Communications**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2021. DOI: 10.1057/s41599-021-00846-2. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85111618166&doi=10.1057%2fs41599-021-00846-2&partnerID=40&md5=b84d3b8310ec8af930a4c749b666f3b6>.

IGARASHI, A. Territorial Conflicts and Japanese Attitudes Towards East Asian Countries: Natural Experiments with Foreigners' Landings on Disputed Islands. **Political Psychology**, [S. l.], v. 39, n. 4, p. 977–992, 2018. DOI: 10.1111/pops.12460. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85050590858&doi=10.1111%2fpops.12460&partnerID=40&md5=a054f85c29b323895285ae52a8124b2e>.

ITOH, Mayumi. Senkaku (Diaoyu) Islands Dispute. *Em*: ITOH, Mayumi (org.). **The Making of China's Peace with Japan: What Xi Jinping Should Learn from Zhou Enlai**. Singapore: Springer, 2017. p. 205–235. DOI: 10.1007/978-981-10-4008-5_9. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-10-4008-5_9. Acesso em: 18 dez. 2021.

JEFFERY, Renée. Evaluating the 'China threat': power transition theory, the successor-state image and the dangers of historical analogies. **Australian Journal of International Affairs**, [S. l.], v. 63, n. 2, p. 309–324, 2009. DOI: 10.1080/10357710902895186. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10357710902895186>. Acesso em: 27 mar. 2022.

JENKINS, Rhys. **How China is Reshaping the Global Economy: Development Impacts in Africa and Latin America**. [s.l.] : Oxford University Press, 2018.

JIN, Yongai; DORIUS, Shawn; XIE, Yu. **Americans' Attitudes toward the US-China Trade War**. **JOURNAL OF CONTEMPORARY CHINA**, 2022. DOI: 10.1080/10670564.2021.1926089.

KAUFMAN, Alison Adcock. The “Century of Humiliation,” Then and Now: Chinese Perceptions of the International Order. **Pacific Focus**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 1–33, 2010. DOI: 10.1111/j.1976-5118.2010.01039.x. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez67.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1976-5118.2010.01039.x>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. [s.l.] : Objetiva, 2015.

KLINTWORTH, Gary. Greater China and regional security. **Australian Journal of International Affairs**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 211–228, 1994. DOI: 10.1080/10357719408445133. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10357719408445133>. Acesso em: 30 mar. 2022.

KWON, Edward. China's Monetary Power: Internationalization of the Renminbi. **Pacific Focus**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 78–102, 2015. DOI: 10.1111/pafo.12038. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pafo.12038>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LAYNE, Christopher. The Waning of U.S. Hegemony – Myth or Reality? A Review Essay. **International Security**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 147–172, 2009. DOI: 10.1162/isec.2009.34.1.147. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/isec.2009.34.1.147>. Acesso em: 19 jul. 2022.

LI, Cheng; ZHANG, Xiaojing. Renminbi Internationalization in the New Normal: Progress, Determinants and Policy Discussions. **China & World Economy**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 22–44, 2017. DOI: 10.1111/cwe.12192. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cwe.12192>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LI, Wei. The Impact of Economic Reform on the Performance of Chinese State Enterprises, 1980–1989. **Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 105, n. 5, p. 1080–1106, 1997. DOI: 10.1086/262106. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/262106>. Acesso em: 27 mar. 2022.

LIAO, S.; MALHOTRA, N.; NEWMAN, B. J. Local economic benefits increase positivity toward foreigners. **Nature Human Behaviour**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 481–488, 2020. DOI: 10.1038/s41562-020-0828-7. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85085265015&doi=10.1038%2fs41562-020-0828-7&partnerID=40&md5=1e307059432a7f4cbfab273b7afc7177>.

LINCOLN, Abraham. **The Collected Works of Abraham Lincoln**. 9th edition ed. United States of America: Rutgers University Press, 1953.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. 1. ed. Brasília, Brasil: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

MIRILOVIC, N.; KIM, M. Ideology and Threat Perceptions: American Public Opinion toward China and Iran. **Political Studies**, [S. l.], v. 65, n. 1, p. 179–198, 2017. DOI: 10.1177/0032321715614850. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85014718713&doi=10.1177%2f0032321715614850&partnerID=40&md5=1b654f1bf81c1346796091686e3521f8>.

MURPHY, Andrea. **2018 Global 2000 Methodology: How We Crunch the Numbers.** 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/andreamurphy/2018/06/06/2018-global-2000-methodology-how-we-crunch-the-numbers/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NEE, Victor. A Theory of Market Transition: From Redistribution to Markets in State Socialism. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 54, n. 5, p. 663–681, 1989. DOI: 10.2307/2117747. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2117747>. Acesso em: 27 mar. 2022.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 35, p. 197–229, 2013. DOI: 10.1590/S0102-85292013000100007. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cint/a/pY8SpTsKSs3MvDdRNtjQD6v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2022.

NYE JR., Joseph S. Has Economic Power Replaced Military Might? **CNN**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/has-economic-power-replaced-military-might>. Acesso em: 23 mar. 2022.

OVERHOLT, William H. **Asia, America, and the Transformation of Geopolitics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007. DOI: 10.1017/CBO9780511790775.

PAN, Chengxin. The “China Threat” in American Self-Imagination: The Discursive Construction of other as Power Politics. **Alternatives**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 305–331, 2004. DOI: 10.1177/030437540402900304. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030437540402900304>. Acesso em: 27 mar. 2022.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia Dos Estados Unidos No Novo Milenio.** 1ª edição ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

REICH, Simon; LEBOW, Richard Ned. **Good-Bye Hegemony!: Power and Influence in the Global System.** [s.l.] : Princeton University Press, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9781400850426>.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Vision and actions on jointly building Belt and Road.** Xinhua, , 2015. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/Off_the_Wire/2015-03/28/content_35182638.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

ROSECRANCE, Richard. Power and International Relations: The Rise of China and Its Effects. **International Studies Perspectives**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 31–35, 2006. DOI: 10.1111/j.1528-3577.2006.00227.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1528-3577.2006.00227.x>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ROSS, Robert S. China II: Beijing as a Conservative Power. [S. l.], 1997. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1997-03-01/china-ii-beijing-conservative-power>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ROSSE, Robert M. The Working of Communist China's Five Year Plan. **Pacific Affairs**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 16–26, 1954. DOI: 10.2307/3035269. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3035269>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ROY, Denny. Hegemon on the Horizon? China's Threat to East Asian Security. **International Security**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 149–168, 1994. DOI: 10.2307/2539151. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539151>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ROY, Denny. The “China Threat” Issue: Major Arguments. **Asian Survey**, [S. l.], v. 36, n. 8, p. 758–771, 1996. DOI: 10.2307/2645437. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2645437>. Acesso em: 17 dez. 2021.

RUC; IMI. **RMB Internationalization Report 2017 | Press Release: RMB Internationalization Report**. China: Renmin University of China, 2017. Disponível em: <http://www.imi.org.cn/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RUPPELT, Marcos; MISSAGGIA, André Brum; SANTOS, Bruno Miranda Dos; SILVEIRA, Franco Da. Análise da crise do Subprime e os derivativos de crédito nos Estados Unidos da América. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, [S. l.], n. 13, 2018. DOI: 10.4000/espacoeconomia.4342. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/4342>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SHABAD, Theodore. Communist China's Five Year Plan. **Far Eastern Survey**, [S. l.], v. 24, n. 12, p. 189–191, 1955. DOI: 10.2307/3023788. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3023788>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SHIM, Doobo. From Yellow Peril through Model Minority to Renewed Yellow Peril. **Journal of Communication Inquiry**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 385–409, 1998. DOI: 10.1177/0196859998022004004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0196859998022004004>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SOHN, Injoo. China's Monetary Ambitions: RMB Internationalization in Comparative Perspective. **The Korean Journal of International Studies**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 181–206, 2015. Disponível em: <https://www.kjis.org/journal/view.html?spage=181&volume=13&number=1>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SOMMELLA, Valentina. **NEW AMERICAN PERSPECTIVES ON THE “CHINA THREAT” ISSUE PETER NAVARRO AND THE “THUCYDIDES’S TRAP”**. **NUOVA RIVISTA STORICA**, 2019.

SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 45, p. 82–113, 2002. DOI: 10.1590/S0034-73292002000200005. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbpi/a/rXF9y3bRQBdfQdnpM5MV8Jz/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2022.

WANG, X. **Winning american hearts and minds china's image building efforts in the 21st century**. [s.l.] : Springer Singapore, 2020. DOI: 10.1007/978-981-15-3184-2. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85085464558&doi=10.1007%2f978-981-15-3184-2&partnerID=40&md5=318420c4ac23c645e678727c6bde3977>.

WANG, Xiaolu. China's macroeconomics in the 40 years of reform. *Em*: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Cai (org.). **China's 40 Years of Reform and Development**. 1978–2018[s.l.]: ANU Press, 2018. p. 167–186. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv5cgbnk.18>. Acesso em: 27 mar. 2022.

WEMHEUER, Felix. Dealing with Responsibility for the Great Leap Famine in the People's Republic of China. **The China Quarterly**, [S. l.], v. 201, p. 176–194, 2010. DOI: 10.1017/S0305741009991123. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/abs/dealing-with-responsibility-for-the-great-leap-famine-in-the-peoples-republic-of-china/550C79E7B5FC769402092A3C53398EFC>. Acesso em: 27 mar. 2022.

WHALEN, R. Christopher. The Subprime Crisis – Cause, Effect and Consequences. **Journal of Affordable Housing & Community Development Law**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 219–235, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25782816>. Acesso em: 29 mar. 2022.

XI, Jinping. **Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era**: National Congress of the Communist Party of China (CPC). China: Partido Comunista Chinês, 2017. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cejo//eng/dtxw/t1508045.htm>. Acesso em: 3 fev. 2022.

XINHUA. **China marks 1911 Revolution anniversary, pooling strength for national rejuvenation- China.org.cn**. 2021. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/2021-10/10/content_77799230.htm. Acesso em: 30 mar. 2022.

YANG, Yi Edward; LIU, Xinsheng. The 'China Threat' through the Lens of US Print Media: 1992–2006. **Journal of Contemporary China**, [S. l.], v. 21, n. 76, p. 695–711, 2012. DOI: 10.1080/10670564.2012.666838. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2012.666838>. Acesso em: 27 mar. 2022.

YEH, Y. Y.; WU, C. K. S.; HUANG, W. H. China's soft power and US public opinion. **Economic and Political Studies**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 447–460, 2021. DOI: 10.1080/20954816.2021.1933766. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85109261971&doi=10.1080%2f20954816.2021.1933766&partnerID=40&md5=5eae924e280fe3a702e7e82d30a270c>.

YONGZHENG, Yang. Agricultural reform. *Em: China: Twenty Years of Economic Reform*. Australia: ANU E Press, 2012. p. 240.

ZHANG, Baohui. AMERICAN HEGEMONY AND CHINA'S U.S. POLICY. **Asian Perspective**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 87–113, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704468>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ZHAO, Renwei. Review of economic reform in China: features, experiences and challenges. *Em: China: Twenty Years of Economic Reform*. Australia: ANU E Press, 2012. p. 240.